

# Leituras de formação

## raça, corpo e higiene em publicação pedagógica do início do século XX

Regina Cândida Ellero Gualtieri\*

### Resumo:

Este trabalho procura mostrar como textos didáticos, há um século, orientavam professores para abordar assuntos relacionados à raça, ao corpo e à higiene, temas considerados, na época, essenciais para o debate sobre a consolidação da nação brasileira. A *Revista de Ensino* (1902-1918), periódico publicado pela Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, visava, entre outras finalidades, *facilitar a tarefa do mestre, divulgando os melhores métodos e processos de ensino*. Assim, veiculava textos elaborados por professores para serem utilizados nas aulas, bem como orientações sobre como ensinar determinados conteúdos escolares. Em suas páginas questões associadas à raça, ao corpo e à higiene foram tratadas como questões de ensino, refletindo discussões conduzidas pela sociedade.

### Palavras-chave:

*higiene; corpo; raça; periódico educacional; nação.*

---

\* Doutora em história social pelo Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Professora adjunta do curso de pedagogia da Universidade Federal de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre a Criança e a Infância (GRUPESCI).

# Formative reading

## hygiene, body and race in pedagogic publication of the beginning of 20th century

Regina Cândida Ellero Gualtieri

### **Abstract:**

It will be shown in this work how textbooks, one century ago, used to guide teachers to treat subjects related to race, body and hygiene, at that time considered essentials to the discussion of the consolidation of the Brazilian nation. The *Revista de Ensino* published by the “Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo” between 1902 and 1918, among other goals aimed to *ease the task of teachers by offering of the best methods and processes of teaching*. In that way, the magazine brought articles on how to teach certain school contents. In its pages questions concerning race, body and hygiene were treated as learning subjects, reflecting current discussions in the society of that time.

### **Keywords:**

*hygiene; body; race; educational journal; nation.*

A escola deve ser modificadora dos defeitos da  
sociedade, do meio.

[Romão Puiggari, redator da *Revista de Ensino*, 1902]

É inadiável a reivindicação dos nossos direitos,  
como cooperadores que somos no plano gigantesco da  
regeneração social.

[Luiz Cardoso Franco professor colaborador da *Revista de Ensino*, 1903]

## Um periódico para professores

Em abril de 1902 saía o primeiro número da *Revista de Ensino (RE)*, editada pela *Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, instituição criada aproximadamente um ano antes, em janeiro de 1901, com o propósito de cuidar dos interesses da classe, prestar assistência financeira, realizando empréstimos em caso de necessidade, como também orientar os professores, os legisladores e o próprio governo, por meio de um Conselho Representativo do Professorado Público, constituído por membros associados e eleito pelo conjunto deles (*RE*, n. 1, 1902, pp. 9-10). Essa iniciativa não foi pioneira no Brasil, mas em São Paulo, possivelmente, representou a primeira instituição do gênero idealizada por educadores que pretendiam instituir mecanismos para defender a categoria profissional e apoiá-la pedagogicamente em sua prática<sup>1</sup>.

A publicação tinha finalidades pedagógicas, divulgando métodos de ensino, mas também finalidades corporativas, em defesa dos interesses do magistério. Durante os dezesseis anos não perfeitamente consecutivos de sua existência, entre 1902 e 1918, foram impressos textos didáticos para serem utilizados em sala de aula, orientações sobre como ensinar deter-

---

1. Catani (1989, pp. 44-45), em estudo dedicado a essa instituição, mostra que a historiografia brasileira, embora com poucas referências, registra a existência de um *Grêmio dos Professores Primários* de Pernambuco, pelo menos desde 1879. Em São Paulo, essa autora assinala que os fundadores da associação a colocam como a primeira, mas isso não está comprovado em função de indicações contrárias a tal afirmação, que ainda não foram esclarecidas (pp. 47-48).

minados conhecimentos escolares, traduções de trabalhos estrangeiros, ou, ainda, transcrições de discursos, conferências e comunicações realizadas por educadores brasileiros. Nas várias seções, a revista publicou prescrições destinadas ao professor que atuava no ensino primário ou nas Escolas Normais, voltadas, por exemplo, ao ensino de aritmética, geometria, leitura, linguagem, música, trabalhos manuais. Publicou também textos, discutindo educação física, moral, civismo, história, geografia, religião, higiene, relação entre professor e aluno, especialmente o uso de medidas para manter a disciplina da classe, e tratou de problemas afetos à formação e ao exercício profissional.

De acordo com o estatuto da associação, todos os sócios honorários, os contribuintes e os profissionais, quando assinantes, poderiam ser colaboradores da revista. Entretanto, caberia ao redator-chefe selecionar o material a ser divulgado e autorizar a publicação de outros trabalhos de autores diversos dos colaboradores (*RE*, n. 1, 1902, p. 124). De fato, a editoria e muitos dos que assinavam as matérias eram professores ou exerciam a função de diretor em alguma Escola Normal, escola-modelo, escola isolada ou de um grupo escolar do Estado.

A intenção, segundo o estatuto, era distribuir a publicação gratuitamente aos sócios da associação e vendê-la, por meio de assinaturas, aos demais interessados (*RE*, n. 1, 1902, pp. 119 e 124). No editorial da *RE* número 3 de 1916, é possível ler que a tiragem estava em 3.000 exemplares e há um pedido ao governo do estado para aumentar esse número e, com isso, permitir que continuasse “a ser distribuída gratuitamente aos professores das mais longínquas escolas isoladas do Estado”. Consta ainda a informação de que o periódico também era enviado às Escolas Normais, para ser oferecida aos alunos e alunas do quarto ano (*RE*, n. 3, 1916, p. 2).

Planejada para ser bimestral, manteve a periodicidade nos primeiros tempos – entre 1902 e 1904 –, quando sua impressão foi patrocinada pelo Estado. Depois disso, em função de desavenças entre a associação e a Secretaria do Interior, que cuidava da educação pública na época, passou um período, entre 1905 e 1910, tentando subsistir custeada pela entidade. As dificuldades, porém, foram grandes e crescentes, o que provocou um espaçamento maior do que o previsto entre um número e outro e, por fim, a publicação foi suspensa em 1910. Em 1911 voltou a ser patrocinada

pela Diretoria da Instrução Pública do Estado, que a publicou até 1918, ano em que definitivamente deixou de ser impressa.

Embora não haja dados precisos sobre o alcance da *RE* e seu impacto no meio escolar, o fato de essa publicação ser feita por professores e para professores constitui importante fonte para conhecer de que modo ou com que expectativas determinados assuntos circulavam no ambiente educacional do início do século XX bem como perceber prováveis tratamentos que teriam em sala de aula, pois, como sugere Antonio Nóvoa (2002, p. 11), a análise da imprensa educacional permite apreender discursos que “exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente”.

O trabalho de Denice Catani (1989) já cumpriu boa parte dessa tarefa no que respeita a esse periódico e à entidade à qual esteve vinculado. Além de examinar as iniciativas da Associação do Professorado, faz ampla discussão sobre as produções divulgadas pela revista. A análise leva-a a concluir que, no período correspondente à primeira década da República, estavam sendo estabelecidas muitas das condições que posteriormente permitiram a organização dos serviços de ensino e do sistema de instrução paulista. Tal revelação foi significativa para reavaliar a importância do período, costumeiramente visto pela historiografia como ocupando um lugar menor quando comparado ao final do século XIX e os anos de 1920.

O presente artigo reexaminará as produções publicadas na *RE*, não de modo exaustivo e sem procurar a existência de abordagens hegemônicas ou contraditórias. Tomarei alguns textos como exemplares de determinados enfoques dados, no âmbito dessa publicação, a questões relativas a raça, corpo e higiene e discutirei possíveis significados e impactos dessas abordagens no processo educativo.

Esse tripé temático – raça, corpo e higiene –, bem antes dos tempos da revista, como é amplamente conhecido, já sustentava discussões relacionadas à construção da identidade nacional. Entre o final do século XIX e início do século XX, ao indagar-se “o que é uma nação”, não era incomum a resposta de que uma verdadeira nação deveria contar com língua e cultura comuns e uma população homogênea. Hobsbawm (2004, p. 126) mostra que nos anos de 1880 a 1914 “a etnicidade e a língua

tornaram-se o critério central, crescentemente decisivo ou mesmo único para a existência de uma nação potencial”.

Desse modo, desde o final do século XIX havia, no Brasil, uma verdadeira obsessão entre intelectuais e políticos para construir uma representação positiva do brasileiro, reinterpretando o significado da miscigenação de raças existente na nossa população e buscando impregnar o imaginário da sociedade brasileira com um perfil ideal de povo – saudável, exercitado, higienizado, a caminho do branqueamento – apropriado para transformar o país e inseri-lo na modernidade.

Muitos discursos foram elaborados com ênfases e significados diferentes, dependendo do momento e do lugar e, precisamente nos espaços educacional e escolar, é relevante identificar que marcas tiveram, porque, como diz Foucault (2006, pp. 43-44),

[...] a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem.

Tendo em vista essa perspectiva, os textos impressos na *RE* serão analisados, a seguir, com destaque para a natureza das idéias que difundiam e dos objetivos que explícita ou implicitamente pretendiam atingir.

## **Raça e os álibis para a agressão**

Em junho de 1902, na seção “Pedagogia Prática” do número 2 da *RE*, foi publicado um texto de autoria de José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, intitulado “Lições de história da civilização”, sobre o qual se pode ler nas páginas finais do periódico, no segmento “Noticiário”, que se trata do primeiro artigo da série que o professor de história da Escola Normal escreveria para o periódico (*RE*, n. 2, 1902, p. 368).

De fato, outras cinco lições foram divulgadas (*RE*, n. 3, 4, 5, 1902); no entanto, no ano seguinte, a revista deixou de publicá-las com a justificativa de que o livro do professor com tal material já estava no prelo (*RE*, n. 6, 1903, p. 1.221). Posteriormente, “Lições de história da civilização” de Benevides foi publicado, aprovado e adotado em escolas de São Paulo<sup>2</sup>.

Esse autor, em carta redigida à revista, explica que suas lições resultaram da leitura e consulta de diversas obras e não tinham “a pretensão de ensinar coisa alguma aos ‘sábios’, nem mesmo aos simples conhecedores do assunto”; visavam “apenas facilitar o trabalho daqueles que iniciam a sua carreira e não dispõem de tempo para consultar diferentes expositores e coordenar suas leituras” (*RE*, n. 2, 1902, p. 368). Além de tornar mais fácil a tarefa do professor sem tempo, pode-se acrescentar, ainda, o papel formativo que uma obra dessa natureza teria, pois como adverte Bittencourt (2004, p. 483), nessa época, o livro didático, para professores sem formação, representava “o método de ensino”, além de conter o conteúdo específico da disciplina.

A primeira lição de Benevides, impressa na revista, é particularmente ilustrativa das concepções que ele partilhava sobre civilização e raça (*RE*, n. 2, 1902, pp. 235-246). Compilando e reproduzindo idéias de autores como o positivista Thomas Henry Buckle, o próprio Auguste Comte e o pensador católico Monseigneur Pèchenard, o professor da Escola Normal introduz suas considerações, explicando que a história deve reunir e classificar metodicamente os fatos: “é a história que nos apresenta os fatos que servem de fundamento às generalizações da sociologia que, sem tão sólida base, nada mais poderia conter senão especulações, hipóteses, asserções, mais ou menos aproximadas da verdade”. Em seguida, passa a discutir os elementos que atuam modificando a história, apontando dois deles – o meio físico e a raça. Porém, mesmo admitindo que “as circunstâncias que provocam modificações na ação do homem e, indiretamente

---

2. Conforme se pode verificar na capa de um exemplar da obra, constam: *História Da Civilização*. Lições De José E. C. De Sá E Benevides. Obra aprovada e adotada na *Escola Normal* da Capital e Escolas Complementares do Estado de S.Paulo. N.Falcoene & C. Editores. s/d (2. ed.).

na história são variadíssimas e muito complexas”, destaca a raça como o fator “mais importante” (*RE*, n. 2, 1902, pp. 236, 238).

A noção de raça, contida no texto, é biológica, isto é, a raça é definida como expressão de um conjunto de características peculiares de um determinado grupo humano que o distingue dos demais e essa peculiaridade de caracteres vai condicionar a ação humana, suas realizações. Nas palavras do autor:

[...] as raças extremam-se, atendendo à soma de caracteres constantes ou transmissíveis hereditariamente, que nos aparecem em certos e determinados grupos humanos, com relação aos demais. A reunião destes caracteres, que se encontram exclusivamente num grupo, e que o separam dos restantes, é a característica étnica, e constitui um modificador muito importante dos fatos históricos [p. 239].

Nessa concepção de história e de raça, explicitada no início da lição, podem ser identificadas as bases que darão suporte à construção daquilo que Peter Gay (1995, 2002) denomina de “álibi para a agressão”. A palavra “álibi” é utilizada por esse autor não para designar causa de acontecimentos, mas para expressar “a racionalização de comportamento, uma licença que autoriza a conduta agressiva ao fornecer justificativas grandiloqüentes de ordem jurídica, ética, biológica ou mesmo religiosa” (Gay, 2002, p. 119).

No texto de Benevides, é possível encontrar a “licença” que vai “autorizar” a agressão na concepção de história e de raça, isto é, no entendimento de que a história é uma reunião de fatos que fundamentam a ciência e na noção biológica de raça como chave da história, como a principal influência sobre todas as ações humanas<sup>3</sup>.

Nessa perspectiva, a condição biológica dos tipos humanos é a

---

3. Desde a metade do século XIX, o fator raça, para muitos autores, passou a ser determinante e considerado a própria essência do ser humano. Entre eles, Robert Knox, anatomista escocês, dizia em 1850: “raça é tudo: a literatura, a ciência, a arte – numa palavra, a civilização – dependem dela” (Hofbauer, 2006, pp. 124-125).

referência que explica “a divisão geralmente aceita” das três grandes raças – negra, amarela e branca – com as numerosas divisões, subdivisões e cruzamentos (*RE*, n. 2, 1902, p. 239). Os “fatos”, por sua vez, incumbem-se de pôr em evidência a grandiosidade dos brancos e a inferioridade dos negros.

A raça branca, nesse material didático, é tratada como a “raça histórica por excelência”, aquela que forneceu os povos mais ativos, “os mais ativos operários da civilização” e o negro é tratado como a raça “imperfeita”, aquela que “não conseguiu ainda elevar-se acima dos primeiros graus da vida social” com o argumento de que “em religião, estacionou no ‘fetichismo’; em moral, ficou reduzida aos grosseiros instintos da matéria; em política, só tem tido as formas mais brutais do despotismo” (*idem, ibidem*).

A inferioridade dos negros, na seqüência da exposição, continua a ser demonstrada por afirmações como:

[...] não só não existe nenhuma comunidade negra que se tenha elevado espontaneamente a uma organização civil e política qualquer, que se possa comparar mesmo de longe a um estado civilizado da Europa ou da Ásia, como também é certo que nem mesmo o contato das civilizações estrangeiras, cristãs ou muçulmana, tenha podido sobre ela exercer qualquer influência. Os negros continuam a ser hoje os mesmos que eram em séculos anteriores [*idem, ibidem*].

Uma vez configurada a pretensa incapacidade dos negros para fazer e modificar a história, o texto passa a caracterizar a raça amarela. Diferentemente da negra, os “fatos”, na visão do autor, não negam que ela também é uma raça histórica: “fundou impérios”; seus povos são “admiravelmente ativos, com pouco se satisfazendo e prontos a espalharem-se pelos países vizinhos”. Tal constatação, no entanto, é apresentada como uma ameaça porque os amarelos “podem tornar-se para a raça branca terríveis concorrentes” (*idem, pp. 239-240*).

A lição de Benevides expressa uma visão comprometida com o ideário da superioridade da raça branca e cristã e, por extensão, empenhada em naturalizar as diferenças humanas. Os negros são inferiores tanto

quanto os amarelos, pois esses últimos, embora comparáveis aos “ativos operários da civilização”, não são superiores por não serem cristãos. Essa concepção está também desenvolvida no livro didático de Benevides, que encerra as cerca de trezentas páginas escrevendo, no último parágrafo, que cristianismo e civilização são dois termos equivalentes (Benevides, s.d., p. 307).

A excelência ariana, ou a idéia de que o homem branco foi abençoado por Deus ou pela natureza para dominar o mundo, é um discurso que reaparece na *RE* em outras oportunidades com esse mesmo tom de exaltação.

Na conferência de Alfredo Nascimento realizada em 1900, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e transcrita na revista de 1903, a raça ariana é considerada “a missionária da luz”, “a predestinada da história”, para levar por toda a parte “o facho da civilização”, alastrando-se “em um raio imenso a conquistar o mundo, subjulgando, aniquilando ou absorvendo as raças inferiores, vencidas na luta pela vida” (*RE*, n. 4, 1903, pp. 386-387).

Nessa mesma edição, há um artigo traduzido por Benevides, denominado “História da geografia”, em que o autor faz uma viagem imaginária pelos vários continentes. Depois de descrever as populações do continente africano como “incapazes de se governarem por si mesmas e entregues a um fetichismo estúpido ou exploradas pelo islamismo corruptor e cruel”, sugere que terão “muito a lucrar da influência dos povos cristãos que, pelo menos, melhorarão sua sorte”. Em contraste, a história da América é vista como uma história de sucesso desde que foi “povoado por brancos vindos da Europa”, como também a da Ásia e da Oceania com a conclusão de que “assim, é sempre a raça branca e cristã que, por uma força irresistível, marcha para a dominação do mundo inteiro – e que o Evangelho será pregado a todos os povos da terra” (*RE*, n. 4, 1903, pp. 389-395).

Mais de uma década depois da publicação dessa tradução, outro texto, denominado “Notas pedagógicas para meus alunos”, discute as “características étnicas atuais e futuras da nossa gente”. Redigido em 1918, pelo professor João Toledo da Escola Normal de São Carlos, com citações de Alberto Torres, Couto de Magalhães e Manoel Bomfim,

Afrânio Peixoto, descreve a matriz racial da população brasileira, lembrando que alguns traços dos negros são bem conhecidos de todos: “falta de educação principalmente, essa gente ainda hoje rasteja numa inferioridade desoladora [...] submissos até o servilismo”. Contudo, alerta, “desaparecerão em contato com o branco; e assim em tempo que não vem tão longe, essa infeliz raça negra será uma simples recordação”. Nesse texto, aparecem ainda considerações sobre os mulatos reproduzindo o ideário da época com frases como: “é um tipo em transição e, por todas as razões, procura aproximar-se do branco”. O fecho da preleção pode ser lida como a manifestação de um desejo: “a unidade da raça conservará a unidade da pátria” (*RE*, n. 1 a 4, 1918, pp. 102, 104 e 110).

A afirmação da superioridade do branco nesses termos, repetindo Gay (1995, p. 76), era um “álibi de imensa utilidade”, pois ajudava a reforçar os méritos dos próprios brancos, a amenizar suas imperfeições e, ainda, ao revelar que o outro coletivo era portador de “defeitos graves e mesmo repulsivos”, dava permissão para ter “sentimentos irados e cometer atos hostis”.

É possível concluir que a reiteração dos discursos afirmativos da superioridade de um grupo sobre outro tinha papel doutrinário, de catequese junto dos professores e dos alunos que também seriam professores no futuro. Papel, aliás, que era reconhecido pelos próprios educadores da época, como deixa perceber a afirmação de Augusto Ribeiro de Carvalho, um dos colaboradores do periódico, cuja biografia inclui atividades de professor, diretor de grupo escolar, inspetor-geral de exercícios físicos, redator-secretário da *RE*, presidente da Associação do Professorado e autor de livro didático. Ao referir-se à Escola Normal de São Paulo, considera-a como depositária das “esperanças do Estado”, pois, ressalta, “é daí que partem os missionários para a catequese dos espíritos e do coração [...] é daí que deve radiar o movimento da educação popular” (*RE*, n. 1, 1908, p. 18).

O sentido doutrinador exercido pela educação escolar, é bom frisar, não é prerrogativa dessa circunstância ou período, como Foucault nos chama a atenção, quando indaga:

[...] o que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? [Foucault, 2006, pp. 44-45].

## Corpo, higiene e a linguagem do medo

Em relação aos temas “corpo” e “higiene”, a leitura do periódico permite reconhecer a constituição de outro “grupo doutrinário” cujos discursos se complementam naquilo que Nóvoa assinala como perceptíveis em textos de imprensa educacional: “exprimem desejos de futuro e denunciam situações do presente”. O ideário que circula nos artigos sobre as questões do corpo é lamurioso, com críticas ao não-reconhecimento do potencial formativo da atividade física e, ao mesmo tempo, traz propostas que partem da afirmação de que sem introduzir o exercício físico regular na vida dos cidadãos, o Brasil jamais terá “o homem de ação, apto à luta” travada na sociedade moderna. Do mesmo modo, os preceitos da higiene são mostrados como difíceis de serem “vulgarizados entre a coletividade” e, por isso, deveriam entrar na escola como armas de um “arsenal” para enfrentar a “luta pela vida”.

Outro aspecto marca o tratamento de ambos os temas na *RE*: diferentemente da linguagem insultuosa do discurso racial que desclassifica grupos humanos para rebaixá-los ou excluí-los, os discursos relativos ao corpo e à higiene tentam convencer ou intimidar para conseguir a adesão dos leitores.

Assunto recorrente na *RE*, o corpo humano é tratado como algo que deve ser cuidadosamente trabalhado pela “ginástica escolar”, considerada essencial para educar moral e intelectualmente e não apenas desenvolver ou fortalecer músculos e ossos.

“As manifestações intelectuais e morais”, escreve o professor e inspetor escolar Carlos Gomes Cardim, “são meramente fisiológicas e, portanto, conseqüências de um trabalho bem elaborado e de combinações extraordinárias de fenômenos inteiramente ligados”. A partir desse

entendimento, explica que o cérebro não pode ser desenvolvido sem o desenvolvimento do corpo e apenas um “cérebro bem constituído sustentará os deveres cívicos e morais” (*RE*, n. 3, 1902, pp. 396-397).

A visão de interdependência dos órgãos para o funcionamento do corpo<sup>4</sup>, nos escritos de Cardim, ainda se combina com idéias evolucionistas típicas da virada do século XIX para o XX que entram no texto para não deixar dúvida sobre a essencialidade do exercício físico. Pela óptica evolucionista de Cardim, exercitar-se é

[...] o maior propulsor do desenvolvimento progressivo das raças; um estímulo à luta pela existência, ao predomínio do forte sobre o fraco, à lei da hereditariedade, em suma, à seleção natural, [...] uma luta que devemos almejar, porque ela acarreta a felicidade da raça humana [*RE*, n. 3, 1902, p. 398].

Com pontos semelhantes de abordagem, o já mencionado Augusto R. de Carvalho assina vários textos também sobre exercícios físicos. Defensor incondicional de atividades físicas “para todas as idades e para todos os sexos”, em seu artigo “Decadência física e moral; como podemos combatê-la” insiste na tecla do “paralelismo entre a cultura do corpo e a da inteligência”, lamentando que “em nosso país nunca se cogitou da cultura física”, embora, na sua opinião, fosse “excessivo o zelo pela cultura intelectual”. Ainda questionando esse aspecto, pergunta:

[...] precisamos implantar o gosto, o hábito pelos exercícios físicos; se existe a Liga contra a tuberculose, por que não se fará uma – Liga nacional de educação física – contra a decadência física e cujos fins fosse propagar as bases da higiene ativa? [*RE*, n. 6, 1903, p. 1.039].

Nesse trabalho, a decadência física e moral, anunciadas já no título, são compreendidas como decorrentes do processo civilizatório. Com os avanços da civilização e da instrução, argumenta o autor, o ser humano

---

4. Compreensão que era respaldada por teorias científicas sobre a interdependência dos órgãos e funções do corpo humano elaboradas, não havia muito tempo, pelo fisiologista francês, Claude Bernard (1813- 1878).

hipertrofiou as tarefas mentais e abandonou os exercícios físicos. Assim, desapareceu o “necessário equilíbrio entre o corpo e o cérebro” com o conseqüente “depauperamento da raça” (idem, p. 1.036).

A análise de Augusto R. de Carvalho tem tom dramático:

O que se nota nos alunos das escolas, manifesta-se em todos os degraus da hierarquia social. A vontade está morta. A sociedade está repleta de *desequilibrados*: as causas deprimentes da energia física corroeram também a energia moral [grifo do original].

Convém combatê-las resolutamente; como? Contra as manifestações mórbidas do cérebro e do corpo, o remédio mais eficaz no equilíbrio de ambos, não abaixando o nível da instrução, mas diminuindo o número das horas letivas e empregando o tempo assim ganho nos exercícios físicos.

Os Gregos das primeiras idades conheciam as tendências da natureza humana para a degenerescência e não pouparam esforços em reatê-las. Embora fossem bem dotados fisicamente, entregavam-se os Helenos aos exercícios a fim de conservar a robustez e a saúde e manter as belas qualidades da alma [RE, n. 6, 1903, pp. 1.037-1.038].

Cinco anos depois, em 1908, em outro artigo, Augusto R. de Carvalho, reproduzindo vários especialistas estrangeiros, escreve: “a educação física deve ser considerada como a base da regeneração e, mormente, do melhoramento da raça humana” com o alerta de que “a inação do corpo gera o atrofiamento dos músculos e a paralisia das funções, desequilibrando os trabalhos do organismo” (RE, n. 1, 1908, p. 17).

A doutrinação converge para concluir, a partir de citações de um autor de língua francesa<sup>5</sup>, que a ginástica objetiva formar o “homem de ação”, um “homem mais apto à luta”. “Sem esta capacidade de agir”, pondera, “a própria vida intelectual corre o risco de perecer na preguiça e na passividade” (idem, p. 19).

Entre as propostas defendidas pelos professores que escrevem na RE, combater essa “decadência física” do brasileiro é apenas uma das tarefas do professor; no material impresso é recorrente a visão de que

---

5. O autor indica estar utilizando o texto “L'éducation physique”, de E. Laurent.

a sociedade e o homem contemporâneos se mostram decadentes, degenerados, desequilibrados em mais de um aspecto. Assim, os professores são convocados para eliminar a “decadência intelectual”, expressa no analfabetismo, a “decadência econômica”, evidenciada na pobreza, e a “decadência moral”, revelada pelo pessimismo<sup>6</sup>. Isso tudo pode ser entendido como parte do “plano gigantesco da regeneração social” citado na epígrafe que inicia o presente artigo.

A idéia de vulnerabilidade da civilização moderna, de decadência, ruína ou ocaso iminentes, espalhou-se nos anos finais do século XIX e início do XX, embora sempre convivendo com o deslumbramento provocado pelo desenvolvimento das ciências. A historiografia registra extensamente que, nesses anos, as transformações advindas dos avanços científicos e tecnológicos geraram simultaneamente euforia e medo: euforia com a expansão das redes ferroviárias, a iluminação pública, o telégrafo e muitas outras invenções e inovações; medo dos problemas sociais e de saúde intensificados pela urbanização crescente e adensamento populacional como tuberculose, sífilis, alcoolismo, violência, crimes, desnutrição, miséria e mendicância.

Esse clima de medo é perceptível nos apelos para combater o “depauperamento da raça” presentes em vários escritos da revista. A convicção, na época, entre intelectuais e cientistas, de que muitas dessas doenças, como também o temperamento e o comportamento humanos, eram hereditárias abriu caminho para certa apreensão relativa à vida moderna e ao sentimento de que se poderia testemunhar em breve a deterioração física ou degeneração da espécie humana, especificamente, da raça considerada mais bem-sucedida, “a raça histórica”.

Em tal contexto, as questões relacionadas ao indivíduo, à higiene de seu corpo e do ambiente em que vive também assustavam e deveriam assustar o leitor, o professor e os alunos. O conteúdo da conferência “A higiene nas escolas” transcrita na edição de 1911 é notável.

O autor, dr. José Azurdia, identificado como “catedrático em Guatemala”, caracteriza a higiene como “a ciência social por excelência que deveria ser ensinada hoje para se por em prática amanhã” (*RE*, n. 3,

---

6. Cf. “Da educação e dos educadores”, de Carlos da Silveira (*RE*, 1917-1918, pp. 35-41).

1911, p. 43). Com essa percepção, julga necessário que se eduquem as crianças de modo que as dote com um “arsenal” para enfrentar a “luta em defesa de sua saúde”. Nesse arsenal, o conferencista inclui o “asco” como arma essencial. Em suas palavras:

[...] o asco é um meio de defesa de que dispomos para nos colocarmos a coberto das enfermidades; segui este conselho e mais de uma vez recordareis de mim com gratidão: tende asco. [...]

O asco e o receio são bons auxiliares da higiene; é preciso estimulá-los a bem da saúde das crianças [RE, n. 3, 1911, pp. 47-51].

Tais orientações estão entremeadas com indagações ou afirmações que talvez já tivessem a função de provocar “receio” ou “asco” no ouvinte da palestra. Por exemplo, quando questiona: “que criança é mais agradável entre os vossos companheiros: a aseada ou a mal aseada?” (idem, p. 46). Ou mesmo, ao explicar que

[...] as mãos dos operários, dos horticultores, dos jardineiros e de outros trabalhadores da terra são portadores de óvulos ou células de uns vermes que, se penetrarem no intestino de alguma criança ou de adulto e nele se desenvolverem, chegarão a produzir a morte: é o Ancilóstomo [idem, p. 47].

Assim, nas páginas de autoria do catedrático, o leitor pode aprender que “a ciência social por excelência”, mais do que instruir, é útil para advertir, assustar o aluno relativamente aos perigos associados a práticas incultas; usa-se o conhecimento como recurso de autoridade para educar pelo e para o medo, para o asco, para produzir no indivíduo a experiência da repulsa.

## Para concluir

No início do século XX, professores do sistema escolar paulista produziram textos pedagógicos para uso com seus alunos e os divulgavam na RE e em livros didáticos, o que permitia que outros professores

lessem esses materiais e os utilizassem em suas práticas. Nesse periódico também foram impressos trabalhos de autores estrangeiros selecionados pela equipe de redação. O teor de algumas dessas produções tinha caráter doutrinário, de catequese realizada por meio de linguagem agressiva para discriminar, ou de linguagem do medo para intimidar ou convencer, dependendo se o assunto era raça, corpo ou higiene.

Podem ser olhadas e consideradas uma pequena amostra do processo de construção, no interior dos espaços escolares, de “álibis” para a discriminação, o cultivo do preconceito, a ampla aceitação de estereótipos, do uso de vocabulário insultuoso, de práticas humilhantes e da intolerância contra o outro; álibis alegados a partir de discursos e teorias científicas da época que consideravam certos coletivos como inferiores e, por isso, desprezíveis. Nessas circunstâncias, as ciências colaboravam para, no dizer de Gay (2002, p. 132), tornar a agressão respeitável, pois “o sangue como portador de qualidades mentais e morais emprestava um verniz de dignidade aos preconceitos mais rudes”. Uma agressão, é bom lembrar, que deixará de ser amplamente natural e consentida, apenas décadas mais tarde, quando o horror provocado pelo holocausto impõe uma revisão nas discussões sobre o determinismo racial.

Os escritos da *RE* também podem ser percebidos como alimento para o que Foucault (2001, p. 148) denominou “física do poder”, o poder que nas instituições disciplinares, como a escola, passa a acontecer “segundo as leis da ótica e da mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência”.

De fato, a educação para a “agressão autorizada” está acontecendo em um contexto em que são simultâneas as tentativas para diminuir a violência física contra o aluno, e recorrer a outros procedimentos para disciplinar. Preferencialmente, deveria ser abolido o “castigo que fere”, para atender aos preceitos da “pedagogia moderna”, escreve o professor Carlos Gomes Cardim em seu artigo “Deve-se ridicularizar um aluno perante a classe?” (*RE*, n. 2, 1902, p. 174). O espancamento é condenado, mas enquanto a agressão física declina, a educação pelo medo reinventa processos disciplinares para dominar o corpo, e continuar diferenciando e humilhando os indivíduos.

## Referências bibliográficas

### Fontes

BENEVIDES, José E. C. de S. e. *História da civilização*. Lições. 2. ed. S.l.: N. Falcone & C. Editores, s.d.

*Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, ano I, n. 1, 2, 3, 1902.

*Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, ano I, n. 6, 1903.

*Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, ano II, n. 1, 1903.

*Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, São Paulo: Typographia Tolosa, ano VII, n. 1, 1908.

*Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, ano X, n. 3, 1911.

*Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, ano XV, n. 3, 1916.

*Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, ano XVII, n. 3, 4, 1917, 1918.

*Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, n. 1 a 4, ano XVIII, 1918.

### Livros, teses e artigos

BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, n. 32, p. 475-491, set./dez. 2004.

CATANI, D. B. *Educadores à meia-luz*. Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo: 1902-1918. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- GAY, P. *O cultivo do ódio*. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O século de Schnitzler*. A formação da cultura da classe média. 1815-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOBBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- HOFBAUER, A. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do *repertório* português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. *Educação em revista*. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-31.

Endereço para correspondência:  
Regina Cândida Ellero Gualtieri  
Estrada do Caminho Velho, 333  
Jd. Nova Cidade – Guarulhos-SP  
CEP 07252-312  
E-mail: regina.gualtieri@unifesp.br

Recebido em: 14 ago. 2007

Aprovado em: 21 jan. 2008